



ACÓRDÃO Nº1056/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11509/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Urucurituba
- 4- **Exercício:** 2020
- 5- **Responsável:** Claudio Lima dos Santos (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2984/2023-MP/RMAM, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Urucurituba. Exercício de 2020.

Irregularidade. Multa. Alcance. Recomendação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** as contas Câmara Municipal de Urucurituba, do exercício de 2020, sob a responsabilidade do Sr. **Claudio Lima dos Santos**, nos termos do artigo 22, inciso III, da Lei n. 2423/1996 – LOTCE/AM c/c o artigo 188, §1º, inciso III, "b" e "c" da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.2. **Aplicar multa** ao Sr. **Claudio Lima dos Santos** no valor de **R\$ 13.654,39** e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na forma prevista no art. 54, VI, da Lei nº 2423/1996 c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, atualizada em 09.11.2018, relativa às restrições: 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 14, 16, 17, 18 e 19, constantes na Notificação nº 01/2021- CI/DICAMI e a restrição 2, item "a" e "b", da Notificação nº 301/2022 - DICAMI, não sanadas, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente



ACÓRDÃO Nº1056/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Considerar em alcance ao Sr. **Claudio Lima dos Santos** no valor de **R\$ 81.680,00** e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcance/Glosa, nos moldes do art. 304, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-Regimento Interno do TCE, devido às restrições não sanadas 6, 16 e 17, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Urucurituba.

10.4. Recomendar à Câmara Municipal de Urucurituba:

- a) Que haja rigoroso planejamento quantos às contratações públicas e estrita observância dos limites para cada modalidade de licitação, conforme disposto na Lei Nº8.666/93, de modo que haja o aproveitamento das Economias de Escala;
- b) Que todo o processo licitatório seja instruído de acordo com as Normas de Licitações e Contratos, em especial a Lei nº 8.666/93 e a nº 14.133/21.
- c) Que haja a edição de Norma regulamentadora quanto ao uso do combustível, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e finalidade pública, de modo a se evidenciar de forma clara o uso deste insumo.
- d) Que adote medidas visando a implantação de sistema de ponto eletrônico para maior controle da



ACÓRDÃO Nº1056/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

assiduidade dos servidores desta Casa
Legislativa.

e) Que adote medidas que visem à adequada
distribuição dos servidores em espaço físico
proporcional ao quantitativo de servidores do Órgão.

10.5. Determinar à Câmara Municipal de Urucurituba:

- a) Que adote medidas para implementação de um
Sistema de Controle Interno em conformidade com
os ditames constitucionais e Resolução TCE nº
09/2016;
- b) Que adote medidas para implementação de um
Sistema de Controle de Registro do patrimônio
capaz de identificar o objeto, número de
tombamento, setor onde se encontra o
material/bem.
- c) Que adote medidas para implementação de um
Sistema de Controle específico de almoxarifado,
bem como registro contínuo e permanente de
controle de entrada e saída dos objetos.
- d) Que adote providências para realização de
Concurso Público visando o preenchimento total
dos Cargos da Câmara Municipal de Urucurituba,
obedecendo a determinação do artigo 37, II, da
Constituição Federal de 1988.
- e) Que atualize o Portal da Transparência e o Sistema
E-Contas.

11- Ata: 18ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 6 de Junho de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos
Santos (Presidente, em substituição), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario
Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luís Fabian Pereira Barbosa.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

ACÓRDÃO Nº1056/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral